



Vol 7, Núm 1, jan-jun, 2026, pág 829-849.

A Importância da Ética no Agir Político

The Importance of Ethics in Political Action

Nazarete Justino Raice¹

RESUMO

A pesquisa centrou-se em analisar a "Importância da Ética no Agir Político" que consiste na moderação em vista ao bem comum. A metodologia usada é bibliográfica, e recorreu-se à técnica hermenêutica de interpretação e análise crítica de textos. A pesquisa concluiu que o convívio entre indivíduos na comunidade é necessário porque visa o bem individual e colectivo da comunidade. É em vista ao bem que consiste a complementaridade entre política e ética. A relevância do tema cinge-se em fortalecer a cidadania, garantindo o agir justo e moderado de todos. Neste sentido, a ética é fundamental no agir político porque preocupa-se pelo bem colectivo das pessoas e não no privilégio particular de alguns. A ética garante que os princípios políticos (de igualdade, de justiça e direitos humanos) sejam respeitados. Ao não respeitá-los abre-se a possibilidade da prática da corrupção e respeitá-los garante-se o bem-estar da sociedade. O tema é interdisciplinar porque a política e a ética não são áreas isoladas. As preocupações e decisões da política e da ética são complexas, por isso as diferentes áreas de conhecimento garantem um agir político moderado em vista do bem de todos.

Palavras-chave: Bem Comum; Ética; Política; Responsabilidade; Virtude.

ABSTRACT/ RESUMEN

The research focused on analyzing The Importance of Ethics in Political Action, which consists of moderation with a view to the common good. The methodology used is bibliographic, and the hermeneutic technique of interpretation and critical analysis of texts was used. The research concluded that coexistence between individuals in the community is necessary because it aims at the individual and collective good of the community. It is with a view to this good that the complementarity between politics and ethics consists. The relevance of the theme is limited to strengthening citizenship, ensuring fair and moderate action by all. In this sense, ethics is fundamental in political action because it concerns the collective good of people and not the private privilege of some. Ethics ensures that political principles (of equality, justice and human rights) are respected. Failure to respect them opens the possibility of corruption, while respecting them ensures the well-being of society. The theme is interdisciplinary because politics and ethics are not isolated areas. The concerns and decisions of politics and ethics are complex, which is why different areas of knowledge ensure moderate political action in view of the good of all.

Keywords: Common Good; Ethics; Politics; Responsibility; Virtue.

¹ Mestre em Filosofia, Universidade Pedagógica (UP). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Eduardo Mondlane (UEM). E-mail: njraice@gmail.com. Moçambique. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>.



1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema, "A Importância da Ética no Agir Político". Procura reflectir que a política, apesar de ter como finalidade o bem comum, observa-se, no dia-a-dia, uma crise de valores éticos na sua actuação. Neste contexto, questiona-se: como a ética pode ser relevante na prática política? Neste âmbito, a tese da pesquisa cinge-se na prática da virtude que consiste na prática de acções moderadas ou no agir político equilibrado. Assim, o objectivo da sua actuação será em vista ao bem colectivo, mas também de cada membro da cidade-estado. Neste sentido, a ética e a política, agindo de forma complementar uma à outra, de modo que o agir dos governantes e governados seja justo.

Os objectivos geral e específicos cingem-se, consecutivamente, em analisar a relevância da ética no agir político, voltado ao bem de todos. Reflectir sobre a relevância da ética na política; debater sobre o impacto da ausência dos princípios éticos na prática política; e apontar caminhos possíveis para a construção de uma política alicerçada em princípios éticos.

A política, sem a ética que a complemente para moderar, pode fazê-la não alcançar o bem comum. Por isso, o agir moderado da política que implique princípios éticos é fundamental.

2. Conceitos gerais de ética, moral e política

A palavra ética vem do termo grego ethos. Do ethos surgiram duas grafias ligeiramente diferentes: êthos e éthos, diferenciando-se pelo acento circunflexo e agudo, respectivamente. O êthos, após passar pelo processo de derivação, significou interioridade dos Homens onde brotam os actos, o carácter humano. O éthos significou hábito, aquilo que é costumeiro, o que quer dizer, o agir habitual dos Homens. O éthos para os latinos passou a significar hábito, de onde provém o termo mos, ou moris, que quer dizer moral. O termo moral ganhou outras formas de significação, mas segundo esta pesquisa podemos referir que moral é um conjunto de princípios, preceitos, proibições, permissões, normas de conduta, valores e ideias sobre a vida boa dos seres humanos.

O termo ética que significa a interioridade dos Homens, o carácter cinge-se no contexto do ato como questão central e fundamental do Homem, porque o ato é mais reflectido e fundamentado na dimensão pessoal. Deste modo, a ética tem como tarefa, reflectir e



fundamentar o agir humano, ou justificar a realização duma determinada ação, mostrando as razões aceitáveis ou não do ato.

A política vem da palavra *pólis*, uma palavra grega que significa comunidade cívica, que tem seus próprios fins e é considerada a mais perfeita das organizações humanas. É deste modo que “[...] o homem destina-se naturalmente à vida na cidade-estado [...]” (BITTAR, 2002, p. 68). Portanto, a *pólis* é um lugar visto como melhor e necessário na vida do ser humano porque é nesse lugar que o Homem dedica a sua vida ao serviço do Estado. Por isso, a política é uma ciência prática do bem que refere a forma de governar e viver junto das pessoas que têm de forma colectiva a mesma finalidade de alcançar o bem.

3. A relevância da virtude ética na política

A ética é um dos temas que sempre foi tratado desde a antiguidade, desde a Grécia antiga, entre o período 500 a 300 a.C., que foi marcado pelo pensamento considerado de ouro. “A reflexão grega neste campo surgiu como uma pesquisa sobre a natureza do bem moral, na busca de um princípio absoluto da conduta [...]” (VALLS, 2004, p. 24). Sócrates, Platão e, principalmente, Aristóteles são os filósofos renomados na reflexão da matéria da ética, sobre a moralidade do agir humano. Neste âmbito, em Platão, a ética fundamenta-se na prática do bem, a partir de acções virtuosas que devem ser praticadas, habitualmente em busca da felicidade que é a preocupação de todo Homem racional. O mesmo pensamento é desenvolvido em Aristóteles quando este aborda que a felicidade é o bem supremo que o ser humano pode alcançar a partir da realização de acções moderadas, virtuosas. Para tal, o ser humano, tendo uma conduta boa, tem a possibilidade de praticar essas acções de forma habitual e virtuosa conforme o sentido orientador que em si é bom.

O pensamento grego estava preocupado, em reflectir sobre o bem moral em busca do princípio absoluto da conduta humana. É daí que surgiram as raízes éticas a partir das seguintes frases: “nada em excesso” e “conhece-te a ti mesmo”, estas ideias estão ligadas ao santuário de Delfos do deus de Apolo. Isto mostra que tratar sobre a conduta humana do bem é, também,



uma preocupação de outras áreas, no caso da religião, que contem características contemplativas, tendo como fim último o bem humano. Deste modo, em Platão presa-se que o Homem desprenda-se do corpo e do mundo, do aqui e agora em vista à contemplação do que é ideal, imutável, metafísico e eterno. A prática da virtude é necessária porque ela é medida, proporção e harmonia individual e social das acções humanas.

A contemplação sobre o bem, é uma questão humana. Por isso, “os homens deveriam procurar, então, durante esta vida, a contemplação das ideias, e principalmente da ideia mais importante, a ideia do Bem [...]” (VALLS, 2004, p. 25). Valls, o leitor de Platão, ilustra que o agir ético é caracterizado pela contemplação, pela virtude, pela vida divina e pelo sumo bem e não em coisas materiais. Quem praticar a virtude é caracterizado como quem estabelece a ordem individual, social e harmonia universal. É neste contexto que o Homem é convidado que o seu pensar e agir sejam virtuosos para poder estabelecer em sua vida a ordem, a harmonia e o equilíbrio, a partir do hábito de submissão à capacidade racional que o faz distinguir-se dos outros animais e distinguir entre o bem e o mal.

Em Valls “[...] o que mais caracteriza a ética platônica é a ideia do Sumo Bem, da vida divina, da equivalência de contemplação filosófica e virtude, e da virtude como ordem e harmonia universal [...]” (VALLS, 2004, p. 26). A virtude, para além de ser ordem e equilíbrio, também é purificação do Homem para que possa desprender-se de tudo o que o aprisiona a não alcançar o bem supremo. Para o efeito, são necessárias as virtudes de Justiça, de prudência, de fortaleza, de temperança que correspondem, respectivamente, a ordem e a harmonia universal; a alma racional; a subordinação ao dever e harmonia individual. Portanto, a prática das virtudes leva à harmonia individual e social entre os membros da comunidade e faz com que o Homem assemelhe-se ao divino. Neste sentido, a partir da alma, o Homem adquire o prazer de subordinação ao dever; à temperança e enquanto praticante da virtude autodomina-se e estabelece a harmonia consigo próprio. Neste âmbito, o prazer não é sobre as inclinações, mas sobre à prática do bem como finalidade das acções humanas à felicidade.

Diferentemente do seu mestre Platão, que defende sobre o conhecimento sensível e conhecimento inteligível, Aristóteles adopta nas suas abordagens, uma ética teleológica eudaimonista, baseada na felicidade, no bem supremo como o fim último das acções humanas.



O Homem, enquanto um ser complexo, pelo facto de sempre preocupar-se em vários e diferentes tipos de prazeres e de bens mundanos como a saúde, a amizade, a riqueza, os prazeres ou poder, alguns bens, sendo melhores que outros, deve preocupar-se pelo bem supremo, praticando a virtude. Os outros bens devem surgir como consequência do agir de acordo com o bem. Para além de haver pequena diferença entre a abordagem ética de Aristóteles e de Platão, as duas éticas tratam da teleologia das acções humanas em vista a um bem supremo que é possível a partir da realização de acções moderadas ou virtuosas necessárias para um agir individual e colectivo de modo a tornar a comunidade lugar de realização de todos.

4. A pólis, lugar de concretização humana

Encontramos em Bittar trata que Aristóteles, para além de abordar sobre a ética, também dedicou-se sobre a vida política. Na política, Aristóteles teve influências de Sócrates e de Platão, seus mestres. O seu conhecimento sobre a política, enfatizou-se no século IV a.C., no declínio cultural e económico da Grécia que rendia-se ao poder bélico da Macedónica, de Alexandre, o Grande. Em que se enfatiza que o Homem, sendo um ser racional, deve ter a capacidade de auto-suficiência ou auto-governação e auto-abastecimento. Estas características devem ser alcançadas, respeitando a complexidade dos membros pertencentes à cidade-estado, em que cada um faz parte como membro de família e dela tem referência.

A família constitui a primeira comunidade que o Homem forma e dela é parte integrante, pois a sua formação ilustra o aperfeiçoamento da aldeia e por conseguinte do Estado. Ao exemplo da família numa casa, a pólis deve ser formada com objectivo para os Homens proverem-se, reciprocamente, o que for necessário para suprir suas necessidades, para o seu bem-estar, auto-suficiência em vista à felicidade como fim. É deste modo que diz-se, a pólis existe por natureza, do mesmo modo que o Homem é um ser político por natureza. Por isso que é próprio do Homem agregar-se na comunidade para a sua realização política e ética porque é, desde aos ancestrais, que é na comunidade onde concretiza-se o fim idealizado do Homem.

Há um instinto natural no homem para a gregariedade, algo que pulsa para que esteja ao lado do semelhante [...]. A ideia da politicidade por natureza dá-se dentro da ideia de um desenvolvimento natural, gradual e progressivo das comunidades, da rusticidade e da barbarie, à civilização e ao alcance do



verdadeiro *locus*, tudo para a realização ética humana e a concreção da felicidade (*eudaimonia*) humana (BITTAR, 2002, p. 71).

Viver com o outro é algo natural. Deste modo, quem não faz parte da comunidade como organização social, ou é um ser inferior, ou superior ao Homem. Mas, quem contrariar o convívio social, enquanto Homem racional, corrompe quem está a governar, tornando-o, também, corrupto, um sem comunidade, sem leis, um amante de guerra, um perdido da comunidade. Portanto, o Homem é o único ser que possui a palavra que, dela, faz com que, não apenas exprima a dor, o prazer, mas usá-la para manifestar o que ele é e o que não é, o que deve ser e o que não deve ser; o bem e o mal. Isto torna o Homem diferente dos outros animais e fá-lo alcançar aquilo que é melhor, a felicidade. Ser membro da comunidade ou cidadão da pólis é ser activo de forma constante, exercendo funções incumbidas pela comunidade e para a comunidade e não para auto servir-se.

Na abordagem de Bittar, a política e a ética devem andar juntas porque ambas preocupam-se pelo bem. Enquanto a política dedica-se ao bem colectivo da comunidade, a ética empenha-se ao bem individual de cada membro da comunidade. “[...]. A preocupação da filosofia, enquanto capacitada para a dialéctica do espírito, é a de fornecer parâmetros para a boa actuação, seja do legislador, seja do homem de estado. A filosofia perfecciona o sistema de ideias em torno da constituição Política e permite o estabelecimento de novas dimensões para a coisa pública [...]” (BETTAR, 2002, p. 74). Falar sobre o conceito de cidadão na pólis conduz, necessariamente, ao conceito de virtude cívica. Não se pode falar da boa actuação, enquanto na cidade existirem Homens excluídos, como escravos, mulheres e crianças, considerados inferiores em relação a outros. Em que a sua relação com os senhores ou “superiores” é de serventia e de violência ou de utilidade. Esta forma de convivência ilustra que não se pauta pelas virtudes sugeridas em Platão e em Aristóteles, principalmente a virtude de justiça, que quando violada, violam-se consequentemente as restantes, como, por exemplo, a moderação sugerida na ética de Aristóteles. O bom conviver entre os membros da comunidade deve estar reflectido na Constituição de um povo. A Constituição marca o início de regulamentação de congregar-se político. Na Constituição emanam a autoridade e a soberania do governo e este varia conforme a sua formação política, como acontece na democracia, em que o soberano é o



povo; na oligarquia, alguns poucos. Nestas governações é comum que a Constituição sirva de guia para satisfazer as necessidades comuns como fim último.

Bittar destaca que em Aristóteles existem formas retas e corruptas de governação. As formas retas de governação são: a monarquia que é governação unipessoal, que atende as necessidades gerais da comunidade. A aristocracia, é uma governação de poucas pessoas, na qual propõe-se oferecer o melhor aos cidadãos. A república, é uma governação de muitos, preocupada em atender o bem comum da comunidade. Se juntar-se a politeia e a república, constituiria a melhor forma de governação e em comum partilhariam três valores básicos: a liberdade, a riqueza e a virtude. As formas corruptas de governo são: a tirania que é uma forma corrupta da monarquia, da oligarquia, da aristocracia, da democracia, da república. Estas formas de governação não estão voltadas para o bem comum da comunidade, mas de todas as formas de governação, a república é a governação considerada ideal, porque se preocupa em agrupar várias virtudes para uma vida melhor em comunidade, com finalidade para alcançar a vida perfeita e auto-suficiente. O verdadeiro regime de governação consiste em depositar a soberania na lei e não no Homem, por este estar sujeito a paixões que podem corromper o seu agir.

Nem democracia nem oligarquia parecem corresponder ao ideal de suprema felicidade da cidade-estado. Nem tirania nem aristocracia parecem atender aos requisitos, mas um regime que seja o tempero de várias virtudes dispersas nos citados regimes. Essa preocupação deve-se ao fato de que a comunidade política não é uma associação accidental de pessoas, e muito menos uma associação para a sobrevivência, mas para a vida melhor, para a *eudaimonia*, o que só se faz com a acentuação do cultivo da virtude em comunidade [...] (BITTER, 2002, p. 80).

Em Bittar, para uma boa governação, deve haver uma constituição que vise o bem da comunidade e que deve consistir em três elementos essenciais: i) um que delibera sobre assuntos da pólis; ii) um que se dedica das magistraturas; e iii) um que cuida da administração da justiça. A cidade-estado será feliz se seguir este modelo e se optar pela prudência e moderação como meio-termo da ação humana. A melhor constituição e o melhor regime de governação considera-se pelo género de vida que todos os envolvidos atingem e pelo quem governa. Por isso, a república é vista como a melhor governação por cingir-se no princípio de meio-termo e, consequentemente, faz com que as pessoas sintam-se livres e capazes para praticarem a virtude do meio-termo, como consequência do bem desejado por todos.



5. A vida moderada

A vida em comunidade requer que seja equilibrada por todos os membros da comunidade. Mas, a realidade denota o contrário, como, por exemplo, “em todos os países se encontram três espécies de homens: uns muito ricos, outros muito pobres e outros que estão no meio, entre estes dois extremos. É uma verdade reconhecida que o meio-termo é bom em tudo [...]” (ARISTÓTELES, 2021, p. 198). A vida desequilibrada em termos de riqueza pode estar a revelar a falta de moderação política e ética. Portanto, ter uma vida moderada é estar conforme a razão e a vida extrema por defeito ou por excesso é agir contra a razão. Enquanto os que agem por excesso não seguem regras, por isso, tornam-se desobedientes, arrogantes e facilmente corrompem; também os que estão por defeito, são miseráveis e são arrastados pelos ricos, apenas sabem obedecê-los, servindo-os. Neste sentido, o Estado passa a não ter cidadãos livres porque ambos estão nos extremos. O ideal é que o Estado seja constituído por membros iguais e semelhantes que só se encontram no meio-termo. Os membros do meio-termo mantêm maior segurança, não são invejosos nem despotas. O ideal para a felicidade dos membros do Estado é ter fortunas pequenas, mas suficientes a todos.

A comunidade que tem membros com vida mediana é melhor e única isenta de tumultos. Quando acontecem guerras entre os pobres e os ricos, os que vencem não aceitam comunicação com os vencidos porque a governação é vista como um prémio da vitória. Os pobres quando vencem preocupam-se em formar um governo democrático e quando os ricos vencem formam uma oligarquia e dedicam-se ao serviço de suas necessidades particulares e não do Estado ou de todos. Estas formas de governação trazem conflitos e desordem à pólis. Por isso, na formação de Estados, torna-se melhor se forem consideradas as quantidades de qualidades das pessoas que constituem a classe média porque, assim, estabelece-se uma vida equilibrada entre os membros da comunidade.

Qualquer pessoa que formar um governo deve, para além de realizá-lo, conseguir a permanência da sua obra, recorrendo o justo meio. Se se pode corromper e dissolver os Estados, também pode-se fazer o seu contrário, conservando-o, agindo a favor das leis e dos costumes para o bem-estar da comunidade, longe da corrupção. Porque, “[...] a corrupção introduz-se imperceptivelmente; acontece com ela o mesmo que ocorre com as pequenas despesas, que,



repetidas, gastam o património duma família. Só se sente o mal quando já está feito [...]” (ARISTÓTELES, 2021, p. 242). As características da pólis podem assemelham-se com às de uma casa. Por isso, é fundamental estar vigilante para impedir os abusos e a corrupção de modo que não sejam introduzidos no seio da pólis. A vigilância deve ser responsabilidade de todos os membros da comunidade, de formas que todos sintam-se envolvidos como parte integrante no controle das pequenas formas de corrupção para que logo detectadas sejam sanadas.

Podem existir várias formas de introduzir a corrupção na comunidade, por meio dos ricos da comunidade ou a partir dos sectores sustentadores da pólis. Por isso, é sempre prudente manter-se distante de qualquer mal que pode afectar a comunidade. Mas, “as boas instituições conservam-se não somente pelo afastamento do que as pode corromper, mas algumas vezes também pela suposição dum perigo próximo. O temor obriga a ter em maior atenção a segurança do Estado [...]” (ARISTÓTELES, 2021, p. 245). Esta forma de autotestar-se pode ajudar a avaliar o nível de responsabilidade de cada um em defesa do que é mais importante para todos. Por isso, aproximar-se de tempos a tempos aos perigos é outra forma de fazer com que os cidadãos estejam, sempre em alerta, porque o medo é também, uma das formas de combater os males que, por ventura, podem destruir o que é precioso. Também, é necessário estabelecer leis que possam ser conhecidas por todos da comunidade porque elas marcam o limite da liberdade de cada membro.

A preocupação da ética é saber o que os Homens devem fazer para poderem agir de acordo com o meio-termo. Por exemplo, em Adela e Martínez, ao tratarem sobre as teorias éticas, estas não respondem de imediato sobre o que os Homens devem fazer? Mas respondem à pergunta sobre porque existe a moral? Qual o motivo da sua existência? Se é necessário recorrer uma moral concreta para orientar nossas vidas? A estas perguntas, diferentes teorias concorrem para as responder, oferecendo várias visões sobre a moralidade.

6. O contributo da ética à política

A ética é necessária para orientar a conduta das pessoas no que concerne o bem e o mal, recorrendo às teorias éticas. Portanto, Cortina e Martínez recorrem as várias teorias éticas que estabelecem os critérios racionais na distinção entre a verdadeira virtude e a mera e saber os



critérios que podem conduzir a vida em comunidade. Sendo que a verdade sobre o bem habita no Homem, portanto chega-se a ela pelo exercício de introspecção e do diálogo. E quem conhece o verdadeiro bem não agem mal. Por isso, é necessário educar o cidadão como tarefa ética primordial entre os membros da comunidade para que cada um e a comunidade em geral possam orientar-se. É deste modo que em Cortina e Martínez, recorrendo Platão, a ética consiste no conhecimento para orientar a vida do cidadão e da pólis para alcançarem a felicidade. Em que elege-se a virtude da justiça como a mais completa das virtudes que “[...] apresenta-se como virtude como que acolhe e harmoniza todo o conjunto da cidade e todos os momentos que constituem o indivíduo [...]” (CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p. 56). É deste modo que, o justo e o bem são considerados como iguais porque servem para manter a cidade feliz, recorrendo o modelo ideal, utópico e a virtude da alma racional que é a sabedoria ou a prudência. Por isso, a justiça é a virtude que acolhe todo o cidadão e todas as comunidades para fazerem parte da pólis como fundamentais na formação e harmonia do Estado.

A vida feliz é um bem perfeito porque é buscado por si mesmo, não como meio para outra coisa, como “[...] a ância de riqueza e de honras não pode ser a verdadeira felicidade, pois tais coisas sempre são desejadas como meios para alcançar a felicidade, e não constituem a própria felicidade” (CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p. 58). Por isso, a ética é tida como eudaimonia que resulta da prática da virtude em busca da excelência humana, como uma vida plena. Portanto, considera-se que o Homem encontra sua autorealização no bem supremo, na felicidade que não é alcançado pelos bens materiais, mas pelo bem metafísico possível pela prática de acções virtuosas. Esta ideia, também, é defendida pelo epicurismo ao tratar a ética hedonista que a felicidade é alcançada a partir do prazer como satisfação. E considera-se que existe o prazer e o entendimento no âmbito da reflexão, sendo duas condições que tornam possível a verdadeira sabedoria e a autêntica felicidade. Neste sentido, as acções do Homem estão centradas à busca do prazer e o sábio é aquele que reflete sobre quais actividades proporcionam maior prazer e menor sofrimento porque pensa-se que a felicidade é concebida sem ter dores, mas pelo bem-estar dos indivíduos.

A vida em comunidade deve ser feita, tendo em vista o bem como fim. As acções praticadas por cada membro podem ser boas, mas talvez não por dever. É neste âmbito que



Kant alerta que “neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade [...]” (KANT, 2007, p. 21). Portanto, as coisas como a coragem, a decisão, a bondade, o autodomínio, a capacidade racional, são boas e desejáveis, mas não são boas por si próprias. Elas, também, podem ser recorridas à prática de acções más. É deste modo que a boa vontade é considerada a única que é boa por si própria, porque ela não é meio para atingir outra coisa, mas é fim em, sim, própria.

A boa vontade é uma qualidade completa, “[...] a utilidade ou a inutilidade nada podem acrescentar, ou tirar a este valor. A utilidade seria apenas como que o engaste para essa jóia poder ser manejada mais facilmente na circulação corrente ou para atrair sobre ela a atenção daqueles que não são ainda bastante conhecedores, [...]” (KANT, 2007, p. 22). Por isso, a ação não é boa por ser realizada conforme o dever, mas quando é por dever. É deste modo que a capacidade racional deve ser dedicada a prática de acções prazerosas como consequência da realização do bem para alcançar a felicidade. Portanto, se o indivíduo for capaz de examinar sua actuação até pode horrorizar-se do que a razão é capaz de fazer, pelo facto de recorrer a ela à prática do mal. É neste âmbito que Kant propõe a lei universal para que o agir do Homem seja de acordo com a lei como dever e as máximas sejam regras que possam actuar, não só em conformidade ao dever, mas sobretudo por dever.

É deste modo que em Kant, o imperativo categórico é um e único que orienta o seguinte, “[...] Age apenas segundo uma máxima tal que possas, ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2007, p. 59). Este imperativo é uma lei incondicional, porque não existem limitações que consistem em bens materiais, mas para quem as suas máximas estão de acordo com a lei universal e por ela produzir bons efeitos nas acções humanas, isto faz dela ser a única lei necessária. Neste âmbito, o imperativo categórico tem um valor objectivo, enquanto as máximas são princípios subjectivos. O imperativo categórico fundamenta-se que o sujeito deve agir de modo que a máxima da vontade possa valer também como um princípio universal. Portanto, o imperativo universal de Kant é fundamental para orientar o agir dos membros da pólis porque quem a partir da lei agir, respeitando a liberdade dos outros, estará a agir segundo a razão, a vontade e sobretudo, segundo o dever estabelecido.



Enquanto Kant pauta pelo imperativo categórico, como lei universal que se fundamenta no dever, Jonas, propõe o seu imperativo baseado no princípio responsabilidade. Em Jonas, o imperativo deve representar um poder que obriga o Homem, capaz de razão, a agir, tendo em vista a responsabilidade que cada Homem deve ter no seu agir, pensando sempre na possibilidade da existência das gerações vindouras. O imperativo proposto por Jonas e que o considera actualizado em relação o de Kant é: “aja de modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a terra [...]” (JONAS, 2006, p. 47). Este imperativo parece, ainda, estar no agir individual, por isso não ser muito diferente com o de Kant. A diferença com o imperativo de Kant consiste em centrar o seu dever, para além de quem age, também abranger ao outro ser, ainda não existente no planeta terra, é assim que consiste a sua intersubjectividade, no sentido que o agir deve incluir o futuro da humanidade e não, somente, sobre o presente. Não devem ser realizadas acções que venham sacrificar a vida das gerações vindouras, mas que a vida em comunidade deve ser baseada numa lei que beneficie a todos os seres humanos de hoje e do futuro.

Em Arendt, por exemplo, destaca-se a ideia da intersubjectividade, ao referir que “a política baseia-se no facto da pluralidade humana. [...]. Uma vez que a filosofia e a teologia sempre se referiram ao homem, uma vez que todos os seus enunciados seriam correctos se existissem apenas um ou dois homens, ou somente homens idênticos, [...]” (ARENDT, 2007, p. 83). Este é um traço fundamental que diferencia a política da ética. A ética e a política assemelham-se, enquanto ambas preocupantes pelo bem. Mas, divergem pelo fato da política ocupar-se pelo bem comum da comunidade, enquanto colectividade e a ética ocupa-se pelo bem da pessoa enquanto indivíduo, de forma solo. É deste modo que a ética não descansa enquanto um membro da comunidade estiver a passar por necessidades

A política fundamenta-se a partir de características constitutivas da família, em que os membros se acolhem como semelhantes entre eles e ao seu criador, sem diferenciarem-se ou sem excluirem-se. Mas, na política, torna-se preocupante quando na colectividade não se considera o indivíduo como parte do todo. A ética apela que o indivíduo deve ser considerado como um diferente, mas que o seu ser e pensar diferente possa contribuir para a coexistência e a manutenção da comunidade. Isto evita que diga-se que “[...] as famílias são fundamentadas como refúgios e poderosas fortalezas num mundo inóspito e estranho, no qual queremos



introduzir o parentesco [...]” (ARENDT, 2007, p. 84). A forma da política em basear-se nas características da família pode incorrer riscos de ser corrupta, porque pode acabar ferindo o princípio essencial da pluralidade, priorizando o nepotismo. A política, enquanto considerar o indivíduo como um diferente e excluí-lo, em detrimento da prioridade do parente, acaba ferindo os direitos iguais dos membros da comunidade.

É neste âmbito que, em Arendt, a ética não encontra lugar onde a política toma forma enquanto violadora dos direitos de igualdade entre os Homens. Porque a política considera que no Homem existe alguma coisa de político que pertence a sua essência, mas a ética afirma que a política é algo exterior ao Homem ou, em outras palavras, o Homem é apolítico. A política é estabelecida sob forma de relações entre os Homens. Também a ética não apoia a concepção monoteísta que afirma que o Homem foi criado à semelhança de Deus, por isso, a política considerar os outros Homens estranhos a este. Neste sentido, a vida em comunidade seria de guerra entre os membros em relação ao Homem considerado criado. Quem seria este Homem que se considera a si como o único criado por Deus em detrimento dos outros, os considerados não merecedores de liberdade? Portanto, no contexto da ética, numa governação, a liberdade é fundamental porque tem a função de justo-meio para a governação.

7. Condições possíveis para a construção de uma política alicerçada em princípios éticos

Actualmente, existe uma intolerância sobre o que é a política. É neste âmbito que existe o medo perante o perigo que a política possa desaparecer, “[...] em que os preconceitos invadem os nossos pensamentos, deitam foram o bebé com água do banho, confundem a política com aquilo que visa acabar com a política e apresentam esta mesma catástrofe como se fosse inerente a natureza das coisas e por isso inevitável” (ARENDT, 2007, p. 86). Perante este perigo do desaparecimento da política fica, também, eminentemente o desaparecimento da comunidade, que pensa-se que pode ser destruída pela política e os meios recorridos por ela. Mas, sendo que o Homem é consciente do perigo, a partir da sua capacidade racional, não só preocupa-se em praticar o mal, mas também em prever o mal e ser capaz de evitá-lo, realizando o bem para si, à sua geração e às gerações futuras, mas tendo a capacidade de prever as consequências que podem advir do perigo.



O Homem é considerado um ser estranho, enquanto possuidor de poder para destruir e para construir, o que tornando-o escravo e senhor de si próprio. A outra estranheza do Homem consiste em saber que, para além de ser destruidor, tem a capacidade de indignar-se perante o seu comportamento, de escravizar-se a partir de ordens políticas e da sociedade por ele criadas. É necessário que o Estado não faça planos utópicos, mas planos reais, baseados na vivência diária, principalmente, a partir das dificuldades passadas pelos membros da comunidade. Porque, “[...] se, no entanto, entendermos que a política significa um domínio global em que as pessoas aparecem fundamentalmente activas concedendo aos assuntos humanos uma permanência que eles de outro modo não têm, então uma tal esperança não é minimamente utópica [...]” (ARENDT, 2007, p. 86). Para que as pessoas da comunidade não sejam excluídas no exercício político para a coexistência e a manutenção da comunidade, é necessário que as políticas sejam aptas para uma administração transparente e de respeito aos direitos iguais das coisas da comunidade. Porque se não houver transparência, os governantes continuarão na “liberdade” de manter-se no poder e de assumirem-se como os únicos merecedores do bem.

A falta de limites sobre as acções violentas praticadas pelo Homem de hoje, que autoconsidera-se natural e por isso, o único possuidor de liberdades e de poderes que depois resultam em efeitos negativos, não só para o extermínio de um povo inteiro e da sua constituição política que contem a intenção de ser imortais, por um lado. Por outro, a violência não apenas das coisas produzidas e destruídas por meio da força, mas o que está por detrás do que um povo produziu por meio da sua força natural. Esta realidade histórica e política não pode ser reconstruída porque ela não é apenas um produto, mas um resultado de uma ação colectiva e de um discurso, criados por relações humanas dos membros da comunidade.

O repúdio sobre o Homem autoconsiderar-se o fim último do bem é também discutido em Tempels ao afirmar que “o homem não é a norma última do seu acto. Ele não encontra em si a justificação última das suas acções e omissões. Transcendendo o livre-arbitrio do homem, existe uma força superior, que sabe, aprecia e julga o acto humano” (TEMPELS, 2016, p. 95). Portanto, a decisão e a ação que o Homem deve realizar não devem depender da liberdade particular, mas do poder transcendental de quem provem para agir bem como forma de o justificar. Acredita-se que existe algo superior ao próprio Homem que tem o poder de julgar o Homem que tem o poder destruidor. Sobre o que o Homem deve ou não decidir, depende desse



ser superior. Por isso, pensa-se que não se pode atribuir ao Homem a medida última das suas acções. Portanto, tudo o que é feito para determinar as acções deve ser na base da consciência, e isso liga o Homem à ética e política.

Existem correntes que aprisionam o Homem que são os males que hoje são vivenciados como resposta das más acções do Homem. Portanto, é necessário revisitar alguns valores para que sejam ultrapassados esses males contra a responsabilidade do Homem. O reconhecimento dos males, a necessidade de melhorar o carácter e o estar preparado para viver os valores culturais humanos, é fundamental. “[...] quando esses valores revisitados, revitalizados e incorporados nas nossas sociedades modernas e hiperindustrializadas é possível que algumas das preocupações acima referidas se dissipem de imediato” (TEEFO, 2016, p. 195). Neste âmbito, é necessário que todos os Homens possam seguir um modo de vida em vista ao bem, de modo a não violarem os princípios do supremo bem para que a moral, não esteja na decadência.

O poder contra o outro verifica-se, com maior índice, nos dias de hoje, em muitos Estados pós-coloniais em que os governantes perdem a legitimidade de governação, o que faz piorar, cada vez mais, o nível de esperança no alcance de vida boa. “[...]. Na maior parte dos casos, as aspirações propriamente ideológicas ou estritamente políticas só são inteligíveis à luz destas lutas [...]” (MBEMBE, 2013, p. 224). Neste sentido, as ideologias e a política acabam sendo centradas nas questões de libertar-se da penúria material como prioridade. Nestas comunidades, as relações familiares constituem a base fundamental para a continuidade existencial que servem de alicerce e segurança social dos seus membros. Mas, uma das saídas da situação de miséria das comunidades pode ser a criação de mais empregos remuneráveis pelo Estado. E em casos de verificar-se situações de corrupção, a essas pessoas que sejam aplicadas sanções severas pelos males praticados.

De acordo com Morin, agir ético “[...] é ter a coragem, a força e a vontade de realizar o seu dever. Problema ético surge quando dois deveres antagónicos se impõem” (MORIN, 2005, p. 47). Neste âmbito, a ética surge a partir dum dilema e não dum problema simples. Portanto, existe um dilema entre o dever político e o dever ético que surge da relação entre o bem individual e colectivo. A relação entre eles não é de substituição, mas de complementaridade, na concorrência e no antagonismo. Portanto, estabelece-se uma distinção e uma vinculação



entre política e ética. A vinculação ocorre quando o ato moral não é separado das circunstâncias do mundo, mesmo que o indivíduo tenha a consciência do bem e do dever. Mas, enquanto não agir em cumprimento do dever, ocorre uma lacuna entre intenção e ação. É na ação que a intenção pode concretizar-se, mas o indivíduo deve recorrer à teoria da ecologia da ação que indica que a ação pode ou não escapar da vontade do seu autor no jogo de inter-retroação, por um lado. Por outro, existe uma necessidade de quem age para estabelecer limite nas previsões das acções, porque a ética não deve ser pensada de forma linear, na ordem dos acontecimentos, mas deve-se considerar as incertezas, os problemas, os antagonismos e as pluralidades porque a ética é complexa, assim como é complexo o ser humano.

Mesmo que sejam conceitos concorrentes e antagónicos, “não se pode separar nem confundir ética e política. As grandes finalidades éticas exigem, com frequência, uma política, e a política exigem um mínimo de meios e de finalidades éticas, sem por isso se reduzir à ética” (MORIN, 2005, p. 80). É deste modo que ética e política, complementam-se no que concerne ao dever humano. A complementaridade entre elas é no âmbito dialógico porque enquanto a actuação da política torna-se complexa, a ética é seu complemento no apelo sobre a liberdade e os direitos que os indivíduos necessitam, porque quanto mais o bem político faltar, mais necessário torna-se para quem não o tem.

Perante a actuação complexa da política é necessária “[...] a ecologia da ação, que mostra que toda ação escapa ao seu autor ao entrar no jogo complexo das inter-retroações sociais, estabelece um princípio de imprevisibilidade dos resultados da ação, inclusive nas perspectivas evolutivas previsíveis [...]” (MORIN, 2005, p. 81). Agir assim, é fazer com que a política continue o seu objectivo fundamental, que é o bem colectivo, de modo a prever as consequências da ação. A não previsão da ação compromete o agir político do tempo presente e do futuro. Isto pode denota-se a partir do antagonismo dos conceitos de ética e política que consiste numa luta que em vez de priorizar a complementaridade e, quando sacrifica-se o essencial pelo que é urgente esquece-se da urgência do essencial, o que pode gerar outras contradições como a não distinção entre o bem colectivo e o bem individual.

Existe outra contradição ético-política que reside entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade que consiste na oposição entre as teorias. É uma contradição que quando



juntas, completam a autenticidade do Homem. Porque a responsabilidade sem a convicção das suas acções, as acções da responsabilidade tornam-se, apenas, acções interesseiras, egoístas ou utilitaristas, consequentemente irresponsáveis. Assim também, a convicção sem a responsabilidade torna-se incapaz de realizar suas acções. O objectivo da ética não é ter uma sociedade perfeita, mas “[...] a “boa sociedade” só pode ser uma sociedade complexa que abraçaria a diversidade, não eliminaria os antagonismos e as dificuldades de viver, e que comportaria mais religação, compreensão, consciência, solidariedade, responsabilidade [...]” (MORIN, 2005, 87). Portanto, espera-se uma sociedade que se preocupe mais por reunir características do bem. Por isso, a complexidade na diversidade é fundamental, porque é da complexidade que surge o diferente que agrega mais valor para a vida em comunidade. A finalidade éticopolítica complexa constitui-se pela tríade liberdade, igualdade e fraternidade.

A ética não tem somente a função para dar orientação ao Homem ou a sociedade em geral para um agir correto, mas também debater sobre a sua actuação aos tempos de hoje. Portanto, o diferente é todo aquele que não é igual à ninguém, mas é tudo aquilo que o outro pensa e que não é a mesma coisa que foi pensada por nós. Portanto, enquanto os diferentes estiverem a viver juntos, é necessário que exista um reconhecimento mútuo entre eles para que haja um consenso, sobre o pensar diferente, de formas que o agir seja harmónico. Assim, a ética tem um papel fundamental para reflectir sobre como os Homens podem fazer o consenso. Sendo que, “ética é a reflexão sobre a conduta humana da vida. Entre as questões fundamentais do filósofo Immanuel Kant – o que posso saber? O que devo fazer? O que tenho direito de esperar? -, a segunda ocupa o núcleo central [...]” (HUBER, 2016, p. 12). A resposta à segunda pergunta está, directamente, ligada à primeira e à terceira perguntas porque não se deve apenas fundamentar-se nas condições transcendentais do agir humano e dos efeitos que surgem das acções, mas deve-se incluir as causas que motivam a realização da ação que entre elas podem ser a convicção e a expectativa que o ser humano tem por alcançar a partir da sua ação, por um lado. Por outro, por tratar-se da ética, a segunda questão destaca-se mais em relação às outras porque a resposta a ser dada não é imediata, depende do instinto do agir humano segundo as possibilidades de liberdade humana.

A liberdade humana está, inteiramente, ligada à limites com que o Homem se depara de acordo com as circunstâncias. Deste modo, o agir humano tem sido segundo a essas limitações



que a liberdade humana se depara. Quer dizer, não existe uma liberdade absoluta, mas condicionada pelas circunstâncias da vida e em respeito às liberdades dos outros. Deste modo, a preocupação da ética é sobre a possibilidade de uma vida no mundo, tendo em vista a liberdade do agir humano. Portanto, pode-se pensar que a liberdade é, em vista, as garantias sobre os direitos que o Homem deve ter e a protecção contra os perigos que devem ser prevenidos pelo Estado. “[...]. A isso vem, então, ligada a ideia de que é livre quem faz e deixa de fazer o que quer. E, por fim, considera-se livre a pessoa que busca o sucesso na vida de forma activa, enfrentando os riscos correspondentes e responsabilizando-se pelas possíveis consequências” (HUBER, 2016, p. 13). Esta é uma perspectiva utilitarista de liberdade, no sentido que cada um age para o bem próprio, aproveitando ao máximo o que dá vantagens. Esta liberdade é excludente, egocêntrica. Ter proveito de algo a partir da liberdade deve ser como consequência ser livre e não como fim último. Mas, no contexto ético, deve entender-se “[...]. Liberdade como ‘o sentimento de ser o propulsor de nossa vontade e o sujeito de nossa vida’ [...] não é apenas uma reivindicação do indivíduo em vista de sua própria vida; é igualmente um parâmetro para o trato com os outros. A liberdade é individual, mas não egocêntrica” (HUBER, 2016, p. 13). Neste âmbito, a ética trata da reflexão sobre o comportamento humano que deve ser segundo o respeito da sua liberdade e a dos outros porque a sua autodeterminação deve estar ligada à valorização do bem-estar ou da vida boa de todos. Ser livre, é ser responsável da vontade e do que nós somos na nossa vida, porque ser livre é expressar de forma individual, o sentimento e a necessidade de todos os membros que fazem parte da mesma comunidade. Deste modo, a liberdade está ligada à responsabilidade a partir do dever de reconhecimento das liberdades dos outros, como um direito de todos os indivíduos, porque a liberdade não é apenas de um indivíduo ou de poucos, mas de todos os membros da comunidade.

É neste sentido que diz-se em Mazula “[...] considerar o uno sem o múltiplo e este sem aquele é atrofiar o Órgão e fica sem sentido a sua existência e a sua identidade como Órgão de soberania [...]” (MAZULA, 2023, p. 2). Com esta ideia, quer referir-se que a política é um termo complexo que significa algo que se faz em conjunto. Portanto, uma comunidade não deve existir sem a complexidade do uno e do múltiplo, ao mesmo tempo. Neste âmbito, a política, assim como a ética, devem, necessariamente, ser caracterizadas por pessoas diferentes e, complexas nos seus juízos e actuações. Isto permite esclarecer ao Homem que a vida humana,



assim como a realidade social, não é linear como se pode pensar, mas a vida complexa é o meio-termo para o agir da comunidade.

Conclusão

Diante do tema exposto acima, a ética, é relevante porque procura reflectir os princípios, as normas, os valores que determinam a moralidade do agir humano, de forma individual. A ética dedica-se, também, a reflectir sobre os princípios da política que orientam um agir moderado dos membros da comunidade, em vista a um bem colectivo que é a felicidade.

A prática do bem deve ser caracterizada pelas acções virtuosas que devem resultar do agir habitual do Homem racional. A moralidade apenas deve ser exigida à quem é racional por este possuir a capacidade de distinguir o justo do injusto, o bem do mal. Portanto, o bem é a questão fundamental que move a ação humana por ser um fim em si próprio e não como meio. Assim, a virtude é necessária porque estabelece um equilíbrio entre o excesso e o defeito do agir político.

A cidade-estado tudo deve fazer com finalidade ao bem colectivo das comunidades que deve ser garantido pelos governantes para que as comunidades sejam auto-suficientes. A complexidade dos membros da comunidade torna a comunidade e cada membro perfeitos. Viver com os outros é fundamental porque cada indivíduo sente-se acolhido e pertencente à sociedade e à natureza humana.

A contemplação, não só, deve ser a actividade da Filosofia ou da Ética, mas também deve ser da política, de modo a nortear o seu pensar e agir. Assim, o pensar e o agir tornam-se actividades virtuosas, dedicadas ao bem de todos. Só assim que a virtude pode ser uma ordem, harmonia e moderação para e entre os Homens. Mas, também, a virtude deve ser entendida como a purificação para quem tenha agido contra a comunidade. Neste sentido, o prazer será entendido enquanto realização de acções boas como fim último do Homem e não como satisfação dos prazeres carnais.

Pertencer à comunidade faz com que o Homem seja autosuficiente, no provimento de suas necessidades, porque é com a complexidade humana que pode torna-se perfeito enquanto um ser que necessita do outro para a sua completude. É deste modo que também a política torna-se complementar à ética e está à política porque ambas preocupam-se com o bem humano,



colectivo e individual, respectivamente. Assim, a função da ética na política é de alertar quando trata-se de momentos que a política descalona-se para que possa reflectir sobre o agir moderado. Quem contrariar esta ordem complexa da comunidade torna-se corrupto, por isso que o agir moderado servirá de purificação dos seus actos.

A política e a ética são inseparáveis porque ambas actuam em benefício ao Homem, seja como comunidade ou indivíduo. A complementaridade entre elas torna a actuação da comunidade e do indivíduo moderados. E por fim, a ideia central deste estudo é que a importância da ética no agir político consiste na moderação de pensamento e do agir humano.

Bibliografia

- ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política.** Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2007.
- ARISTÓTELE. **Tratado da Política.** Forte da Casa, Químera Editora, 2021.
- BITTAR, Eduardo C. B. **Doutrinas e Filosofias Políticas.** Contribuições para a história das ciências políticas. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2002.
- CORTINA, Adela e MARTÍNEZ, Emílio. **Ética.** Trad. Silva Cobucci Leite. 5. ed. São Paulo, Loyola Jesuítas, 2005.
- HUMBER, Wolfgang. **Ética: Questões fundamentais sobre a nossa vida do nascimento à morte.** Trad. Enio Paulo Giachini. São Paulo, Edições Loyola, 2016.
- JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** Trad. Marijane Lisboa & Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro, Editora PUC, 2006.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática.** Trad. Valério Rohdon. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- MAZULA, Brazão. **Ética parlamentar: ética complexa.** Maputo, Abril de 2023. Mimeo.
- MBEMBE, Achille. **África Insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial.** Trad. Narrativa traçada. Portugal. Edições Pedago, 2013.
- MORIN, Edgar. **O Método 6. Ética.** Trad. Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre, Sulina, 2005.



TEEFO, Lesiba. “Renovação moral e experiência(s) africano(s)”. In: MAKGOBA, Malegapuri William (org.). **Renascença Africana: a nova luta.** Trad. Narrativa traçada. 1. ed. Ramada/Portugal, Edições Pedagogo, 2016.

TEMPELS, R. P. Placide. **A Filosofia Africana.** Trad. Amélia A. Mingas e Zavoni Ntondo. 1. ed. Luanda, Edições Kuinula, 2016.

VALLE, Álvaro L. M. **O Que é Ética?** 9. ed. São Paulo, Brasiliense, 2004

Recebido em: 30 de setembro de 2025.

Aprovado em: 18 de dezembro de 2025.

Publicado em: 01 de janeiro de 2026.

Autoria:

Nazarete Justino Raice Autor

Mestre em Filosofia, Universidade Pedagógica (UP). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

E-mail: njraice@gmail.com.

Moçambique.